

INTRODUÇÃO

Em meados da década de 1770, o governador da Capitania de Minas Gerais, Antônio de Noronha, fez um relato às autoridades em Lisboa alertando para a multiplicação dos "estabelecimentos fabris" que se processava na sua jurisdição e em outras partes da Colônia, a qual, no seu entendimento, já ameaçava tornar as Gerais independentes de importações de gêneros europeus¹. No ano de 1779 Noronha foi ainda mais incisivo, advertindo sobre:

...a independência com que os povos de Minas se tinham posto dos gêneros da Europa, estabelecendo a maior parte dos particulares, nas suas próprias fazendas, fábricas de teares, com que se vestiam a si e a sua família e escravatura, fazendo pano e estopa e diferentes outras drogas de linho e algodão, e ainda de lã.²

De imediato, parece que as denúncias do governador não tiveram muito impacto sobre a morosa administração colonial. Quando a medida apropriada foi tomada, porém, foi na forma do draconiano alvará de 5 de janeiro de 1785 proibindo a manufatura:

...de tecidos bordados de ouro e prata; de veludos, brilhantes, setins, tafetás ou de outra qualquer qualidade de fazendas de algodão ou de linho, branco ou de cores; e pannos, baetas, drougetas, saetas ou de outra qualidade de tecidos de lã; ou de ditos tecidos sejam fabricados de um só dos referidos gêneros ou misturados e tecidos com outros...³

Ao mesmo tempo é importante notar que, talvez por reconhecer a impossibilidade de suprir todo o vasto mercado colonial com produtos europeus, o alvará fazia exceção:

...àquelles dos ditos teares em que se tecem ou manufacturam fazendas grossas de algodão que servem para uso dos negros, para enfadar e empacotar fazendas e para outros misteres semelhantes...⁴

¹ Cf. Maxwell, Kenneth, *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*, 2ª ed., trad. João Maia, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p.86.

² Citado em: Carvalho Daniel, *Notícia histórica sobre o algodão em Minas*, Rio de Janeiro, Typ. do Commercio, 1916, p. 9

³ Citado em: Carvalho, *op. cit.*, p. 10

⁴ *Idem*, *ibidem*

Até agora se sabia apenas que a execução da ordem régia resultou, em 1788, na apreensão de meros treze teares de tecidos de ouro e prata - dos quais, aliás, nenhum de Minas.³ Mas qual teria sido o método empregado pela máquina administrativa aqui na Colônia para se chegar às informações necessárias à realização destes confiscos? Será que não restariam alguns vestígios documentais desta operação repressiva que nos permitissem entrever um pouco da realidade desta atividade caseira?

Finalmente vem a resposta e em uma forma que haverá de alegrar os estudiosos do período colonial e, em particular, os do século XVIII mineiro. Há alguns anos, veio ao conhecimento da direção do Arquivo Público Mineiro a descoberta, em Lisboa, de um volumoso documento intitulado "Teares no Brasil". Na ocasião foi providenciado o envio a Belo Horizonte de um microfilme do documento para sua incorporação ao acervo desta venerável instituição arquivística.

Trata-se de uma coleção de informes elaborados por comandantes militares sobre a existência de teares nos seus respectivos distritos. De fato, os relatos se referem a dezenas de localidades apenas da Capitania de Minas Gerais⁴ e geralmente tomam a forma de listas nominativas dos proprietários de teares, incluindo uma variada gama de informações sobre essas pessoas e aquelas que operavam os teares, bem como a produção têxtil em si.

Se a lista nominativa era uma forma de relato muito cara aos administradores da era proto-estatística, é ainda mais cara aos historiadores da atualidade por ser uma fonte que reúne dados sobre o cidadão comum, assim contribuindo para o estudo da história social, econômica e demográfica. Só podemos, portanto, congratular-nos com o Arquivo Público Mineiro pela decisão de publicar a cuidadosa transcrição de um documento cuja riqueza é verdadeiramente singular. Fruto dos esforços de Denise M. Barbosa e Cláudia Alves Melo, respectivamente transcritora e revisora, a transcrição que ora vai à gráfica é de qualidade impecável, incluindo desdobramentos das abreviaturas comuns no século XVIII e que vêm no sentido de facilitar a leitura do texto para aqueles não familiarizados com a escrita antiga.

³ Cf. Novais, Fernando, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*, 2ª ed., São Paulo, HUCITEC, 1981, pp. 272-3

⁴ Na verdade, o inventário é parcial, pois arrola os teares encontrados em distritos pertencentes apenas às vilas de Minas Novas, Vila Nova da Rainha, Sabará e São João d'El Rei. Desta forma, por enquanto não se tem informações relativas aos vastos territórios incorporados às vilas de Mariana, Vila Rica, São José, Vila do Príncipe e Pitangui. Difícilmente a falta de documentação sobre estas vilas signifique a ausência de uma indústria caseira de panos, uma vez que se sabe que, na primeira metade do século XIX, as mesmas regiões abrigavam milhares de fiandeiras e tecedeiras. Resta a esperança de que futuras buscas nos arquivos de Lisboa revelarão a existência de outros inventários complementares ao que ora se publica. Não fica diminuído o valor intrínseco do documento "Teares no Brasil"; trata-se de uma amostra extremamente significativa que nos revela claramente a importância das atividades têxteis no final dos setecentos em Minas Gerais.

Ao debruçar-se sobre o "Inventário", o leitor poderá entrar, por um pouco que seja, em lares mineiros do longínquo ano de 1786. Na contabilização variada dos quais 1.500 teares pode-se apurar que a tecelagem frequentemente não passava de uma atividade passageira no calendário já basicamente agrícola de Minas, sendo exercida durante dois ou três meses do ano. Descobre-se que, no mais das vezes, os panos produzidos nos teares mineiros destinavam-se ao consumo da família e de seus escravos, embora certa quantidade dos tecidos também fosse sujeita à comercialização. Verifica-se, também, que era prática comum a entrega de fios de terceiros aos tecelões, que cobravam uma pequena taxa pela sua tecelagem. Dessa forma, deduz-se que, dadas as atividades paralelas de fiação, o vulto dessa indústria caseira extrapola em muito os indícios diretos de um inventário apenas de teares. Torna-se óbvio que a tecelagem era em grande parte o domínio das mulheres-esposas, filhas, irmãs, noras, cunhadas, enteadas, sobrinhas, agregadas, escravas e enjeitadas, - embora neste estágio, certamente embrionário, da indústria têxtil doméstica alguns homens não hesitassem em manipular o tear. Como pano de fundo da produção caseira de tecidos, surge a pobreza de Minas do fim do ciclo do ouro - tão evidente no seguinte comentário do comandante do distrito de Paraopeba do Baixo: "... o tempo que esse mesmo que colhem fião e tecem lhe serve de grande utilidade que não ter andarião nuz principalmente a pobreza que é o mais de que se compoem este Distrito..."

Talves não fosse um início muito auspicioso, mas o "Inventário" nos desenha com nitidez as origens da indústria têxtil doméstica que se tornará um dos pilares da economia mineira das primeiras sete décadas do século XIX. Pouco prometendo ou não, o quadro que emerge das páginas a seguir se assemelha muito ao dos primórdios da era das manufaturas da Europa pré-industrial. Lá também a produção caseira de fios e tecidos se iniciara como uma das atividades que preenchia os interstícios ociosos do calendário agropastoril e como uma reação contra a crescente pobreza provocada pela gradual dissolução da ordem feudal. Mas seguiram-se as fases de relativa prosperidade camponesa com a difusa protoindustrialização européia, hoje tida como uma das mais importantes precursoras da Revolução Industrial. As fontes que documentam os primórdios da protoindustrialização na Europa são bastante esparsas e, não raras vezes, simplesmente inexistentes. Felizmente, a partir de agora não se poderá dizer o mesmo das fontes disponíveis para Minas Gerais. Que os estudiosos se aproveitem disto.

Douglas Cole Libby

Departamento de História/UFMG